**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2014 - COAD/DLOG/DPF**

A União, por intermédio do Departamento de Polícia Federal, e por seu Ordenador de despesas, com a competência que lhe confere a Portaria n**o.** 3364/2013-DG/DPF, de 25 de março de 2013, torna público que realizará licitação na modalidade de **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, **do tipo MENOR PREÇO GLOBAL POR GRUPO**, conforme descrito neste Edital e seus Anexos, por meio do *site* [**www.comprasnet.gov.br**](http://www.comprasnet.gov.br/). Esta licitação, autorizada no processo nº. 08103.001097/2013-54, será regida pela Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002 (institui modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns), pelos Decretos nº. 5.450, de 31 de maio de 2005 (regulamenta o Pregão, na forma eletrônica), 2.271 de 07 de julho de 1997 (dispõe sobre a contratação de serviços pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências) e 6.204 de 05 de setembro de 2007 (regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as MEs, e EPPs), pela Lei Complementar nº. 123/2006 (institui o Estatuto Nacional da ME e EPP), pela Instrução Normativa nº 02/2008-SLTI/MPOG (dispõe sobre regras e diretrizes para a contratação de serviços, continuados ou não) e alterações dadas pelas Instruções Normativas nº 03/2009, 04/2009 e 05/2009-SLTI/MPOG, Instrução Normativa nº 02/2010-SLTI/MPOG (estabelece normas para o funcionamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais – SISG) Lei nº. 7565/86 (Código Brasileiro de Aeronáutica), na Subparte F da NSMA 58-47 (RBHA 47); Comunicado DECAT 001/95 e Resolução ANAC 37/2008, e, subsidiariamente, pela Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 (Estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos), bem como pela legislação pertinente.

**Data da abertura da sessão pública**: 30/05/2014

**Horário**: 10:00 (dez horas - horário de Brasília)

**Endereço**: Portal Comprasnet - [**www.comprasnet.gov.br**](http://www.comprasnet.gov.br/)

Encaminhamento da proposta e anexos: a partir da data de divulgação do Edital no Comprasnet, até a data e horário da abertura da sessão pública.

1. **DO OBJETO**
   1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a Administração, visando à contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação de SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO AERONÁUTICA em Helicópteros, com fornecimento de peças, tendo por objetivo manter a AERONAVE descrita no edital e no termo de referência em plenas condições de aeronavegabilidade, conforme as especificações técnicas constantes no Anexo III do termo de referência, e ainda, conforme condições, especificações, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, notadamente no termo de referência, para a aeronave abaixo discriminada:

|  |  |
| --- | --- |
| **Aeronave** | |
| **Quantidade** | **Especificação** |
| 01 | Aeronave AW-139; Ano de fabricação 2012; prefixo PR-HFV; novo de fábrica. |

* 1. O objeto está contido em um ÚNICO GRUPO, com um total de 06 (seis) itens, **conforme planilha do Anexo IV do Termo de Referência**. Os critérios para o agrupamento encontram-se nas justificativas do Anexo II do Termo de Referência e demais peças contidas nos autos do procedimento administrativo respectivo.

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **GRUPO** | **ITENS** | **VALORES ESTIMADOS DOS ITENS DO PREGÃO ELETRÔNICO** | |
| **DESCRIÇÃO** | **QUANT.** |
| **01** | **01** | **APOIO TÉCNICO OPERACIONAL CONFORME ITEM 7.1.1 DO TERMO DE REFERÊNCIA** | **12**  **(meses)** |
| **02** | **CONTROLE TÉCNICO DE MANUTENÇÃO CONFORME ITEM 7.1.2 DO TERMO DE REFERÊNCIA** | **12**  **(meses)** |
| **03** | **SERVIÇOS EVENTUAIS DE MANUTENÇÃO CONFORME ITEM 7.1.3 DO TERMO DE REFERÊNCIA** | **600**  **(homem-hora)** |
| **04** | **LOCAÇÃO E REPARO DE COMPONENTES CONFORME CLÁUSULA NONA DO TERMO DE REFERÊNCIA. Não haverá concorrência nesse item, devendo as empresas lançar o valor já fixado.** | **01** |
| **05** | **RESSARCIMENTO PELO TRANSPORTE E HOSPEDAGEM DO MECÂNICO CONFORME ITEM 13.1.2.3 DO TERMO DE REFERÊNCIA** **Não haverá concorrência nesse item, devendo as empresas lançar o valor já fixado.** | **01** |
| **06** | **FORNECIMENTO DE COMPONENTES E TAXA DE ADMINISTRAÇÃO CONFORME ITEM 7.2 DO TERMO DE REFERÊNCIA** | **01** |

* 1. O valor das peças e componentes terá como referência a lista de preços do fabricante (*price list*), conforme previsto no termo de referência.
  2. No fornecimento das peças e componentes, a licitante vencedora deverá arcar com despesas relativas a frete, seguros, e outras decorrentes da execução do objeto, as quais já estarão incluídas no valor cobrado a título de taxa de administração, se for o caso, conforme previsto no termo de referência.

**2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

2.1. A sessão deste Pregão será pública e realizada em conformidade com este Edital na data, no horário, e no endereço eletrônico indicados no preâmbulo.

2.2. Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO as entidades empresariais cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que:

2.2.1. Atendam às condições deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação, e estejam devidamente credenciadas na Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio do sítio [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br/), para acesso ao sistema eletrônico;

2.2.2. Caso o participante seja consórcio de empresa, cada uma das empresas consorciadas deverá atender individualmente o requisitos especificados nos itens 6.1 e 6.4 do Termo de Referência.

2.2..2.1 Caso a vencedora seja consórcio deverá haver indicação da empresa responsável que deverá atender às condições de liderança.

2.2.2.2 São condições de liderança da empresa responsável pelo consórcio: representar o consórcio em todas as fases do procedimento licitatório e durante a execução contratual; ter poderes expressos para celebrar o contrato, para requerer, transferir, receber e dar quitação, receber citação e responder judicialmente pelas demais consorciadas.

**2.3.** A SLTI atuará como órgão provedor do sistema eletrônico.

**2.4.** Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às declarações mencionadas no item 4.3.1 deste Edital.

**2.5.** Não poderão participar desta licitação:

**2.5.1.** empresas que estejam declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

**2.5.2.** empresas que estejam suspensas de participar de licitação realizada pelo Departamento de Polícia Federal, conforme art. 87, inciso III, da Lei nº 8.666, de 1993;

**2.5.3.** entidades empresariais proibidas de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

**2.5.4.** entidades empresariais estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

**2.5.5.** quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

**2.5.6.** entidades empresariais que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

**2.5.7.** Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de uma empresa licitante;

**2.6.** Os documentos apresentados nesta licitação deverão:

**2.6.1.** Conter número de CNPJ da licitante que está participando do certame, o qual deverá ser o mesmo constante das notas fiscais referentes à execução do futuro contrato, indicação essa indispensável para efeito de empenho da despesa e realização do pagamento;

**2.6.2.** Ser apresentados em original, em publicação da imprensa oficial, ou em cópia autenticada por cartório ou servidor do Departamento de Polícia Federal.

3. DO CREDENCIAMENTO

**3.1.** O credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

**3.2.** O cadastro no SICAF poderá ser iniciado no Portal de Compras do Governo Federal – *Comprasnet*, no sítio www.comprasnet.gov.br, com a solicitação de *login* e senha pelo interessado.

**3.3.** A licitante deverá credenciar-se previamente no sistema “Pregão Eletrônico”, no sítio www.comprasnet.gov.br, observado o seguinte:

**3.3.1.** O credenciamento dar-se-á mediante atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico;

**3.3.2.** A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema, para imediato bloqueio de acesso;

**3.3.3.** O credenciamento da licitante ou de seu representante perante o provedor do sistema implicará responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão na forma eletrônica.

**3.4.** O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade da licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Departamento de Polícia Federal responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

**4. DO ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA DE PREÇOS**

**4.1.** A participação no pregão eletrônico ocorrerá mediante utilização da chave de identificação e de senha privativa da licitante e subseqüente encaminhamento da proposta de preço **com os valores totais anuais para os itens do grupo o(s) qual(is) estiver concorrendo a licitante.**

4.2. A proposta vencedora será o **MENOR PREÇO GLOBAL NO GRUPO**, observando que o valor máximos a ser pago pela Administração em cada item será o cadastrado no Comprasnet.

4.2.1. Os itens 01, 02 e 03 serão licitados pelo menor preço.

4.2.2. Nos itens 04, 05 (Locação e Reparo de Componentes - Ressarcimento Pelo Transporte e Hospedagem do Mecânico), conforme descrição e modelo da planilha do ANEXO IV do termo de referência, não haverá disputa entre os licitantes, devendo o lance ofertado observar necessariamente os valores fixos de R$ 500.000,00 e R$ 88.800,00, respectivamente, por tratar de previsão orçamentária para possíveis gastos com a aeronave, gerando obrigação para a Administração apenas nos serviços efetivamente utilizados.

1. Caso os valores dos item 04 e 05 sejam diferentes dos estabelecidos, a proposta não será aceita.

4.2.3. O item 06 (R$ 650.000,00) compõem-se de dois valores conforme média das propostas encaminhadas pelas empresas: R$ 500.000,00 referente à reserva da administração para possíveis gastos com peças fundados na lista de preços do fabricante da aeronave (price list); R$ 150.000,00 referente ao percentual de taxa de administração (30%) do valor reservado pela Administração para peças (R$ 500.000,00), disponível para consulta nos autos.

1. A composição do item decorre da unicidade na prática de mercado quanto ao faturamento único de peça e demais custos para entrega do bem ao contratante.
2. O valor de R$ 500.000,00 não será objeto de disputa e gera obrigação para a administração **apenas** nas peças efetivamente fornecidas, esse montante será gasto conforme a necessidade de substituição de peças da aeronave. Contudo, os licitantes disputarão a taxa de administração de R$ 150.000,00.
3. Caso o valor do lance no item 06 seja inferior a R$ 500.000,00 a proposta não será aceita, passando-se à análise da segunda colocada.
4. A título de exemplo: Caso um licitante dê um lance de R$ 575.000,00 no item 06, subtende-se que a taxa de administração corresponda a 15% (R$ 500.000,00 referente à reserva da Administração e R$ 75.000,000 de taxa de administração), e os 15% incidirão em todas as peças fornecidas, sobre o preço (price list) para custear taxas, fretes, impostos....
5. Os lances serão por menor preço, entretanto a taxa de administração será registrada em contrato.

**4.3.** Após a divulgação do Edital no endereço eletrônico, a licitante deverá encaminhar proposta com a descrição detalhada do objeto cotado, **vedada a descrição que se limite, por exemplo, aos termos *“conforme objeto descrito no termo de referência”,* ou descrição imprecisa assemelhada**, e o seu preço, detalhando **os valores anuais para os itens do(s) grupo(s) pretendido(s), utilizando como modelo a planilha do Anexo IV do Termo de Referência,** até a data e hora marcadas para a abertura da sessão, indicadas no preâmbulo, horário de Brasília, exclusivamente por meio do sistema eletrônico – [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br/) - quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas.

**4.3.1.** No momento da elaboração e envio da proposta a licitante deverá encaminhar por meio do sistema eletrônico as seguintes declarações:

**4.3.1.1.** declaração de Inexistência de Fato Impeditivo;

**4.3.1.2.** declaração de que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menor de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir dos 14 (quatorze) anos, nos termos do art. 7º, XXXIII da CR/88;

**4.3.1.3.** declaração de que atende aos requisitos do artigo 3º da Lei Complementar nº. 123/2006 para a qualificação como microempresa, empresa de pequeno porte ou Cooperativa (Lei 11.488/07), caso deseje usufruir do direito ao tratamento diferenciado e favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 daquela Lei Complementar.

**4.3.1.4.** declaração de que conhece e concorda com as condições estabelecidas no edital e que atende aos requisitos de habilitação.

**4.3.1.5.** declaração de Elaboração Independente de Proposta, conforme disposto no § 2º do Art. 1º da IN 02, de 16/09/2009.

**4.3.2.** As declarações a que se refere o subitem 4.3.1. deverão ser encaminhadas no momento do cadastramento de proposta, contudo, somente serão visualizadas pelo Pregoeiro na fase de habilitação.

**4.3.2.1.** A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas neste edital.

**4.3.2.2.** A declaração de que conhece e concorda com as condições estabelecidas no edital é extensiva aos seus anexos, significando o aceite, por parte da licitante, também com relação àqueles.

**4.4.** Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

**4.5.** A licitante deverá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema, ou de sua desconexão.

**4.6.** A licitante responsabilizar-se-á formalmente por todas as transações efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

**4.7.** A proposta de preços, a ser encaminhada eletronicamente, deverá ser formulada com base nas especificações constantes deste Edital e do Termo de Referência – Anexo I deste Edital, e deverá atender aos seguintes requisitos:

**4.7.1.** Apresentar **valor total anual para os itens do(s) grupo(s) ao(s) qual(is) a licitante quiser concorrer,** cotado em moeda nacional, já consideradas no mesmo todas as despesas (tributos, transporte, encargos sociais e legais, impostos, taxas de exportação, seguros e obrigações trabalhistas e previdenciárias relativas a seus empregados e demais despesas incidentes direta ou indiretamente no fornecimento objeto deste Pregão Eletrônico) capazes de propiciar a avaliação dos custos pela Administração, considerando os preços praticados no mercado;

**4.7.2.** Especificação clara e completa do objeto/serviço ofertado, **vedada a especificação do objeto que contenha apenas a expressão “CONFORME O EDITAL” ou “CONFORME DESCRITO NO TERMO DE REFERËNCIA”, ou assemelhadas**;

**4.7.3.** Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, contados da data da sessão de recebimento da documentação de habilitação e proposta vencedora final de preços.

**4.8.** O preço proposto será de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração ou retirada dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**4.9.** A não observância do disposto no subitem anterior ensejará a aplicação das penalidades descritas no artigo 28 do decreto n°. 5.450, de 31 de maio de 2005.

**4.10. Nesta fase do certame, será desclassificada a proposta que contIVER qualquer elemento, dado, característica, ou informação, que possa identificar a licitante.**

**4.11.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

**5. DA ABERTURA E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS**

**5.1. C**onforme previsto no preâmbulo deste Edital, o Pregoeiro abrirá a sessão pública na *internet*, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha.

**5.2.** As licitantes interessadas poderão participar da sessão pública na *internet*, por meio do uso dos recursos de acesso.

**5.3.** Após a abertura, o pregoeiro verificará as propostas de preços apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que contenham vícios insanáveis ou não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital, no termo de referência, e nos seus demais anexos.

**5.3.1.** A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**5.3.2.** A não desclassificação da proposta no momento da abertura do pregão não vincula o julgamento definitivo do pregoeiro levado a efeito na fase de aceitação.

**5.4. Para efeito de julgamento das propostas, não será aceita, sob qualquer título, oferta de outros valores que não os preços totais anuais dos itens componentes do(s) grupo(s) pretendido(s) pela licitante.**

**5.5.** Serão desclassificadas as propostas que apresentarem preços manifestamente inexeqüíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada a sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos são coerentes com os valores praticados no mercado, e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a proposta de execução do objeto, além dos demais meios de prova legalmente admitidos.

**5.5.1.** Para efeito de comprovação da exeqüibilidade poderá ser adotado, dentre outros, os procedimentos elencados, naquilo que couber, no §3º do Art. 29 da IN 02/2008-SLTI/MPOG, alterada pela IN 03/2009-SLTI/MPOG;

**5.5.2.** Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexequibilidade da proposta não for flagrante e evidente, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta.

**5.6.** A comunicação entre o Pregoeiro e os licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio disponibilizado no sistema eletrônico *(chat)*.

**6. DA COMPETITIVIDADE E DOS LANCES**

**6.1.** O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

**6.2.** Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva, momento em que as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

**6.3. Para efeito de cotação de lances, não será aceita, sob qualquer título, oferta de outros valores que não sejam os dos preços totais anuais pelos itens componentes do(s) grupo(s) de interesse da licitante.**

**6.4.** A licitante será imediatamente informada do recebimento do seu lance e do respectivo valor consignado no registro.

**6.5.** As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital.

**6.6.** A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

**6.7.** Não serão aceitos dois ou mais lances com o mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

**6.8.** Durante a sessão pública do pregão eletrônico, as licitantes serão informadas, em tempo real do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da licitante.

**6.9.** A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do pregoeiro.

**6.10.** No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva, se o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

**6.11.** Quando a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão eletrônico será suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.

**6.12.** O lance oferecido será de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de desistir ou de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**6.12.1.** A não observância do disposto no subitem anterior, ensejará a aplicação das penalidades descritas no artigo 28 do Decreto nº. 5450 de 31 de maio de 2005.

**6.13.** A primeira fase da etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do pregoeiro. Feito isso, o sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente da etapa de lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

**6.14.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

**6.15.** Após o encerramento da etapa de lances, o sistema eletrônico fará a verificação automática do porte da empresa junto à Receita Federal.

**6.16.** Será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, de acordo com o artigo 44 da Lei Complementar nº. 123/2006.

**6.17.** Encerrada a etapa de lances do item cuja participação não seja exclusiva para microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007 (COOP), na hipótese de participação de licitante declarado nessas condições, será observado o disposto nos artigos 44 e 45, da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 6.204, de 2007.

**6.17.1.** O sistema de pregão eletrônico identificará em coluna própria as ME/EPP e COOP participantes, fazendo comparação entre os valores do licitante com menor preço e das demais ME/EPP/COOP na ordem de classificação, desde que a primeira colocada não seja uma ME/EPP/COOP.

**6.17.2.** Nessas condições, as propostas que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta ou lance de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada e o licitante ME/EPP/COOP melhor classificado terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente abaixo da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo Sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

**6.17.3.** Caso a ME/EPP/COOP melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes ME/EPP/COOP participantes que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, segundo o estabelecido no subitem anterior.

**6.17.4.** .Caso sejam identificadas propostas de licitantes ME/EPP/COOP empatadas, na faixa dos 5% (cinco por cento) de diferença para a primeira colocada, o sistema fará um sorteio eletrônico entre os licitantes, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final de desempate, conforme subitens acima.

**6.17.5.** .Havendo êxito neste procedimento, o sistema disponibilizará a nova classificação de fornecedores para fins de aceitação. Não havendo êxito, ou tendo sido a melhor oferta inicial apresentada por ME/EPP/COOP, ou ainda, não existindo ME/EPP/COOP participante, prevalecerá a classificação inicial.

**6.17.6.** Somente após o procedimento de desempate fictício, quando houver, e a classificação final dos licitantes, será cabível a negociação de preço junto ao fornecedor classificado em primeiro lugar.

**6.18.** Na hipótese de não haver ME ou EPP, ou estas não exercerem o direito que lhes foi concedido, prevalecerá a classificação original verificada após a fase de lances.

**6.18.1.** Eventual empate entre propostas, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos serviços:

**6.18.1.1.** prestados por empresas brasileiras;

**6.18.1.2.** prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no país.

**6.19.**

Persistindo o empate, o critério de desempate será o sorteio, em ato público para o qual os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

* 1. Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta à licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento e o valor de referência, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste edital.
  2. A negociação de preços junto ao fornecedor classificado em primeiro lugar se dará sempre após o procedimento de desempate de propostas e classificação final dos fornecedores participantes.

**6.21.1.** A negociação será realizada por meio do sistema *(chat)*, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

1. **DA ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS FINAIS**

**7.1.** Encerrada a etapa de lances, depois do eventual desempate, e depois da negociação via *chat*, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar para fins de aceitação.

**7.2.** Na análise da proposta final de preço será verificado o atendimento de todas as especificações e condições estabelecidas neste edital, no termo de referência e demais anexos, devendo ser observado, notadamente, o que se segue:

**7.2.1.** as propostas deverão ser apresentadas de forma clara e objetiva, em conformidade com as disposições deste edital, devendo conter todos os elementos que influenciem no valor final da contratação, indicando os preços totais mensais e anuais para os itens cotados;

**7.2.1.1.** **Para a formulação da sua proposta final, os licitantes deverão lançar mão, como modelo de proposta de preços, da planilha que consta do anexo IV do termo de referência.**

**7.2.2.** Na proposta apresentada, deverão estar incluídas todas as despesas (tributos, transporte, encargos sociais e legais, impostos, taxas de importação, seguros e obrigações trabalhistas e previdenciárias relativas aos seus empregados e demais despesas incidentes direta ou indiretamente no fornecimento objeto deste Pregão Eletrônico) capazes de propiciar a avaliação dos custos pela Administração, considerando os preços praticados no mercado.

**7.2.3.** A proposta deverá conter validade não inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data da sessão de recebimento da documentação de habilitação e proposta vencedora final de preços;

**7.2.4.** A proposta deverá ser redigida em língua portuguesa, sem alternativas, emendas, ressalvas, borrões, rasuras ou entrelinhas;

**7.2.5.** A proposta deverá conter identificação social, número do CNPJ, assinatura do representante da proponente, referência a esta licitação, número de telefone, fax, endereço, dados bancários e, se houver, indicação de endereço eletrônico (*e-mail*).

**7.3.** A proposta deverá limitar-se ao objeto desta licitação; serão desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou qualquer outra condição não prevista no edital.

**7.4.** É vedada a indexação de preços por índices gerais, setoriais ou que reflitam a variação dos custos.

**7.5.** Para efeito de julgamento, não será aceita, sob qualquer título, oferta de outros valores que não o do preço total anual por item/grupo.

**7.5.1. Não será aceita, observados os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, após a fase de lances e a fase de negociação, proposta de preço que contenha valor(es) unitário(s) - por item - e/ou valor(es) global(is) por grupo, ou total(is), superior(es) àquele(s) firmado(s) como referência para o presente certame, conforme a planilha abaixo colacionada:**

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **GRUPO** | **ITENS** | **VALORES ESTIMADOS DOS ITENS DO PREGÃO ELETRÔNICO** | | | |
| **DESCRIÇÃO** | **QUANT.** | **VALOR UNITÁRIO (R$)** | **VALOR ANUAL (R$)** |
| **01** | **01** | **APOIO TÉCNICO OPERACIONAL CONFORME ITEM 7.1.1 DO TERMO DE REFERÊNCIA** | **12**  **(meses)** | **154.587,50** | **1.855.050,00** |
| **02** | **CONTROLE TÉCNICO DE MANUTENÇÃO CONFORME ITEM 7.1.2 DO TERMO DE REFERÊNCIA** | **12**  **(meses)** | **22.162,50** | **265.950,00** |
| **03** | **SERVIÇOS EVENTUAIS DE MANUTENÇÃO CONFORME ITEM 7.1.3 DO TERMO DE REFERÊNCIA** | **600**  **(homem-hora)** | **525,00** | **315.000,00** |
| **04** | **LOCAÇÃO E REPARO DE COMPONENTES CONFORME CLÁUSULA NONA DO TERMO DE REFERÊNCIA. Não haverá concorrência nesse item, devendo as empresas lançar o valor já fixado.** | **01** | **500.000,00** | **500.000,00** |
| **05** | **RESSARCIMENTO PELO TRANSPORTE E HOSPEDAGEM DO MECÂNICO CONFORME ITEM 13.1.2.3 DO TERMO DE REFERÊNCIA** **Não haverá concorrência nesse item, devendo as empresas lançar o valor já fixado.** | **01** | **88.800,00** | **88.800,00** |
| **06** | **FORNECIMENTO DE COMPONENTES E TAXA DE ADMINISTRAÇÃO CONFORME ITEM 7.2 DO TERMO DE REFERÊNCIA** | **01** | **650.000,00** | **650.000,00** |
| **TOTAL** | | | **R$ 3.674.800,00** | | |

**7.6.** Também não serão aceitas as propostas que:

**7.6.1.** Contenham vícios ou ilegalidades;

**7.6.2.** Apresentarem preços que sejam manifestamente inexeqüíveis, assim consideradas aquelas que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação, ou qualquer outro meio admitido no direito, que comprove que os custos são coerentes com os de mercado.

**7.7.** Na hipótese de a proposta ou o lance de menor valor não serem aceitos ou, se a licitante detentora da melhor proposta desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta ou o lance subseqüente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de proposta ou lance que atenda ao edital.

**7.8.** No julgamento das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação.

* 1. Não poderá haver desistência de propostas, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades constantes do artigo 28 do Decreto nº. 5450 de 31 de maio de 2005.
  2. O pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no “*chat*” do *ComprasNet* prazo razoável para tanto, sob pena de não aceitação da proposta.
     1. O prazo estabelecido pelo pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido.
     2. Havendo necessidade, o pregoeiro suspenderá a sessão, informando no *chat* a nova data e horário para a continuidade da mesma.

1. **DA HABILITAÇÃO**

**8.1.** Após o encerramento da fase de lances, negociação, e aceitação da proposta, o pregoeiro procederá à verificação da habilitação da licitante classificada em primeiro lugar.

* + 1. O Pregoeiro consultará o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica conforme disposto nos arts. 4º, caput, 8º, § 3º, 13 a 18 e 43, III, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010.
    2. Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.
    3. Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, ou na hipótese de se encontrar vencida no referido sistema, o licitante será convocado a encaminhar, no prazo de 02 (duas) horas, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas, conforme estatui o art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
    4. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));
    5. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\_adm/consultar\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).
    6. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
    7. Constatada a existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, o pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
    8. Ainda como condição prévia à habilitação, para os itens que possibilitem a participação de ME/EPP/COOP, o pregoeiro poderá consultar o Portal da Transparência do governo federal ([www.portaldatransparencia.gov.br](http://www.portaldatransparencia.gov.br)), para verificação do somatório dos valores das ordens bancárias recebidas pelo licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar no exercício anterior ou corrente, conforme procedimento previsto na fase de aceitação e julgamento da proposta, caso ainda não o tenha realizado.
    9. Constatada a ocorrência de qualquer das situações de extrapolação do limite legal, o pregoeiro indeferirá a aplicação do tratamento diferenciado em favor do licitante, conforme artigo 3°, §§ 9°, 9°-A, 10 e 12, da Lei Complementar n° 123, de 2006, com a consequente inabilitação, sem prejuízo das penalidades incidentes.

**8.2.** Para habilitação neste pregão eletrônico será exigida, exclusivamente, a documentação elencada no art. 14 do Decreto 5.450/2005.

**8.2.1.** A documentação exigida para atender ao disposto nos incisos I, III, IV e V do referido artigo 14 do Decreto 5.450/2005 poderá ser substituída pelo Registro Cadastral no SICAF, com as devidas certidões válidas.

**8.3.** Nesta fase serão visualizadas e impressas as seguintes declarações eletrônicas, que devem ser enviadas, de acordo com o subitem 4.2.1, no momento do cadastramento da proposta de preços:

**8.3.1.** Declaração de Elaboração Independente de Proposta, conforme disposto no § 2º do Art. 1º da IN 02, de 16/09/2009;

**8.3.2.** Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo;

**8.3.3.** Declaração de que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menor de 16(dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, exigida no inciso VI do art. 14 do Decreto 5.450/2005.

**8.3.4.** Declaração de que conhece e concorda com as condições estabelecidas no edital e que atende aos requisitos de habilitação.

**8.3.5.** Declaração de que atende aos requisitos do artigo 3º da Lei Complementar nº. 123/2006 para a qualificação como microempresa, empresa de pequeno porte ou Cooperativa (Lei 11.488/07), caso queira gozar do direito ao tratamento diferenciado e favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 daquela Lei Complementar.

**8.4.** As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, **mesmo que esta apresente alguma restrição.**

**8.4.1.** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de até 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, para regularização.

**8.4.2.** Salvo motivo de urgência na contratação ou prazo insuficiente para o empenho, devidamente justificados, a prorrogação do prazo previsto no subitem anterior deverá sempre ser concedida pela administração quando requerida pela licitante.

**8.5.** A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação, conforme estabelece o §2º do art. 4º do Decreto nº 6.204/07 e a Lei 10.520/02, art. 4º.

**8.6.** A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 8.4.1, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da ata, ou revogar a licitação.

* 1. O pregoeiro consultará o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e à qualificação econômica financeira, conforme disposto nos arts. 4º, *caput*, 8º, § 3º, 13 a 18 e 43 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010, observado o que dispõe o item 8, e subitens, deste edital.
     1. Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.
     2. Caso o pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, o licitante será convocado a encaminhar, no prazo de duashoras, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas, conforme estatui o art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006 e o item 8.4 e subitens seguintes deste Edital.
  2. Os licitantes que não estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF além do nível de credenciamento exigido pela Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010, deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica e à Regularidade Fiscal, nas condições seguintes:
  3. habilitação jurídica:
     1. no caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
     2. no caso de sociedade empresária: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente inscrito no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento de identificação de seus administradores.
     3. inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
     4. no caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembléia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.
     5. decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;
     6. no caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 8° da Instrução Normativa n° 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC;
     7. ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão ou entidade competente, no caso de ser a licitante pessoa jurídica que exerça atividade que deva ser registrada ou autorizada por entidade regulatória ou governamental, nos termos da lei.
     8. Os documentos do item 8.9 deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
  4. Qualificação fiscal e trabalhista:
     1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
     2. prova de regularidade com a Fazenda Nacional (certidão conjunta, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, quanto aos demais tributos federais e à Divida Ativa da União, por elas administrados, conforme art. 1º, inciso I, do Decreto nº 6.106/07), admitida a certidão positiva com efeito de negativa ou outra equivalente na forma da lei;

* + 1. prova de regularidade com a Seguridade Social (INSS);
    2. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
    3. prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
    4. prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;
    5. prova de regularidade perante a Justiça Trabalhista através da apresentação de certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT), em acordo com o previsto na lei nº 12.440/11;
    6. prova do cumprimento no disposto no art. 7º, XXXIII da CR/88, mediante apresentação da declaração prevista no subitem 8.3.3 deste edital.
    7. caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei;
  1. Qualificação Econômico-Financeira:
     1. Os licitantes que não estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF no nível da Qualificação Econômico-Financeira, conforme Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010, deverão apresentar a seguinte documentação:
        1. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, ou liquidação judicial, ou de execução patrimonial, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, ou de seu domicílio, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida a menos de 90 (noventa) dias contados da data da sua apresentação;

**8.11.1.2.** Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

* + 1. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.
    2. O balanço patrimonial deverá estar assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.
    3. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão vir acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;
    4. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

LG = ---------------------------------------------------------;

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Total

SG = ----------------------------------------------------------;

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Circulante

LC = -----------------------; e

Passivo Circulante

* + 1. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar que possuem patrimônio líquido equivalente a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação, ou do item pertinente caso estejam concorrendo a apenas um dos itens do pregão.
  1. Qualificação Técnica:
     1. **Com relação à qualificação técnica, as licitantes deverão apresentar a documentação exigida nas cláusulas quinta e sexta do termo de referência (ANEXO I do edital).**
  2. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o pregoeiro suspenderá a sessão, informando no *chat* a nova data e horário para a continuidade da mesma.
  3. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

**8.15.** Para fins de habilitação, a verificação pelo pregoeiro nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

**8.16.** No julgamento da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação.

**8.17.** A licitante que não apresentar a documentação exigida ou apresentá-la em desacordo com este edital será inabilitada, sem prejuízo das penalidades previstas no artigo 28 do Decreto nº. 5450 de 31 de maio de 2005.

**8.18.** Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos requeridos no presente edital e seus anexos.

**8.19.** Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

**8.20.** Em caso de inabilitação, o pregoeiro examinará a proposta subseqüente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

**8.21.** Será declarada vencedora do certame a licitante que apresentar proposta aceita, com o menor preço global, e que cumpra todos os requisitos de habilitação.

**8.22.** Da sessão pública do pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

1. **DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA FINAL E DA PROPOSTA VENCEDORA, E DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**

**9.1.** A proposta de preços final (proposta consolidada após a fase de lances e negociação), em sua íntegra, bem como os documentos exigidos para habilitação, exceto as declarações enviadas juntamente com a proposta quando da inserção no sistema *ComprasNet* e os que estejam contemplados pelo SICAF, **deverão ser encaminhados ao pregoeiro no prazo máximo de 2 (duas) horas,** contada da solicitação no sistema eletrônico, por meio do *fax* número (61) 2024 8116, ou *email* [cpl.coad@dpf.gov.br](mailto:cpl.coad@dpf.gov.br)., bem como pelo sistema do *ComprasNet* através da ferramenta *“convocar anexo”*.

**9.2.** A proposta de preços vencedora (aceita após a fase de lance e negociação) e os documentos de habilitação, exceto as declarações enviadas juntamente com a proposta no momento de inserção no sistema *Comprasnet* e os que estejam contemplados pelo SICAF, deverão ser apresentados **em documento original ou em cópia autenticada por cartório, ou por servidor público autorizado, ou por meio de publicação em órgão da imprensa oficial**, assinados quando for o caso, **no prazo de 03 (três) dias úteis,** contados da solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico, no endereço constante do item 9.5 deste edital.

**9.2.1** Nesta oportunidade, deverá ser apresentado, também, documento que qualifique o representante da empresa como tal, podendo a representação se dar através de apresentação do Contrato Social, da procuração que comprove a outorga de poderes, na forma da lei, para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da licitante, ou documento no qual estejam expressos poderes para exercer direitos e assumir obrigações, no caso do representante ser sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da licitante, em decorrência de tal investidura, além do documento pessoal da pessoa incumbida da entrega da documentação da licitante na sede do órgão da Administração. Caso a procuração seja particular, deverá ter firma reconhecida e estar acompanhada dos documentos comprobatórios dos poderes do outorgante (contrato social).

**9.3.** Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos requeridos no presente edital e seus anexos.

**9.4.** A proposta final deverá ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

**9.5** A proposta final de preços, a documentação de habilitação e o documento que qualifique o representante da empresa, em suas vias originais ou em cópias autenticadas por cartório, ou por servidor público autorizado, ou por meio de publicação em órgão da imprensa oficial deverão ser encaminhados para o endereço abaixo:

**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**

**COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO - COAD/DPF**

**ENDEREÇO – SAS Quadra 06, lotes 09/10, sala 110, 1º andar**

**CEP – 70.037-900**

**BRASÍLIA-DF**

**ASSUNTO: PREGÃO ELETRÔNICO nº 10/2014**

1. DOS RECURSOS

**10.1.** Declarado o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, qualquer licitante poderá - durante a sessão pública, dentro de um prazo de trinta minutos, de forma imediata e motivada, em campo próprio e no momento em que este for disponibilizado pelo sistema - manifestar sua intenção de recorrer. (Art. 26 do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005).

**10.2.** Havendo quem se manifeste, caberá ao pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir fundamentadamente se recebe ou não o recurso.

**10.2.1.** Nesse momento o pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará se presentes ou não as condições de recebimento do recurso.

**10.3.** Se admitida pelo pregoeiro a intenção de recurso, será concedido então ao recorrente o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentar as razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contra-razões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses de acordo com a legislação vigente.

**10.4.** A falta de manifestação tempestiva e motivada do licitante importará na decadência do direito de recurso, e adjudicação, pelo pregoeiro, do objeto ao vencedor.

**10.5.** O recurso contra decisão do pregoeiro não terá efeito suspensivo; se acolhido, este fato importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

**10.6.** Cabe à autoridade competente, isto é, ao ordenador de despesas, decidir os recursos contra os atos do Pregoeiro, nos termos do art. 8º, IV do Decreto nº 5.540/05.

**10.7.** Não serão considerados os recursos interpostos em desacordo com o disposto no aludido art. 26 do Decreto 5.450/05 e com o item 10 deste edital.

**10.8.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na sala 110 – SECOM/DICON/COAD, no edifício sede do Departamento de Polícia Federal localizado no endereço descrito no item 9.5 deste edital.

1. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

**11.1.** A adjudicação do objeto será realizada pelo Pregoeiro, nos termos do art. 11, inciso IX, do   
Decreto 5.450/2005, quando não houver recurso. Havendo recurso, a adjudicação será realizada na forma estabelecida no art. 8º, V, do Decreto nº 5.450/05, pela autoridade competente.

**11.2.** A homologação da licitação é de responsabilidade do ordenador de despesas e só poderá ser realizada após a adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo pregoeiro ou, quando houver recurso, pelo próprio ordenador de despesas.

**11.3.** O pregoeiro e o ordenador de despesas poderão encaminhar qualquer documentação da licitante à área demandante com vistas à verificação da sua aceitabilidade, antes da adjudicação ou homologação do certame, podendo a Administração realizar quaisquer diligências, em acordo com a legislação vigente, que porventura sejam julgadas úteis, para a tomada da decisão pela adjudicação/homologação, ou não, do certame.

**11.4.** Homologado o resultado da licitação, a Administração convocará o(s) licitante(s) para assinatura do(s) contrato(s), no prazo de 05 (cinco) dias a contar do recebimento da notificação, o qual, após cumpridos os requisitos de publicidade, será(ão) considerado(s) documento(s) vinculativo(s), obrigacional(is), com característica de compromisso, por parte da empresa, para fornecimento do(s) produto(s)/serviço(s), nas condições estabelecidas no Edital e seus Anexos.

1. DA IMPUGNAÇÃO E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do Pregão, na forma eletrônica, através do *email* cpl.coad@dpf.gov.br, ou por petição dirigida e/ou protocolada no endereço SAS Quadra 06, lotes 09/10, sala 110, 1º andar, CEP – 70.037-900, BRASÍLIA-DF, COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO - COAD/DPF, ASSUNTO: PREGÃO ELETRÔNICO nº XXX/2013.

12.2. Caberá ao pregoeiro decidir sobre o pedido de impugnação no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas.

12.3. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

12.4. Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente edital e seus anexos deverá ser enviado ao pregoeiro, em até três 03 (três) dias úteis anteriores à data para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico, através do email *cpl.coad@dpf.gov.br* (art. 19 do Decreto 5.450/2005).

1. **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE**

**13.1**. DA CONTRATADA: Caberá à CONTRATADA observar, além das responsabilidades resultantes das disposições contidas na Lei nº 8.666/93, as seguintes regulamentações pertinentes aos serviços a serem prestados:

**13.1.1**. Cumprir os prazos estipulados neste Termo de Referência, do Edital da Licitação e do Contrato, bem como aqueles constantes em sua proposta comercial;

**13.1.2**. Informar à CONTRATANTE, com antecedência, a DATA LIMITE e o WORKSCOPE relativo a qualquer SERVIÇO DE MANUTENÇÃO AERONÁUTICA que envolva tempo maior que três (3) dias para a sua execução e que torne indisponível a AERONAVE.

**13.1.3**. Executar os serviços dentro das especificações e/ou condições constantes do orçamento devidamente aprovado;

**13.1.4**. Garantir, na execução dos serviços, a utilização somente de COMPONENTES genuínos e equipamentos indicados pelo fabricante da aeronave;

**13.1.5**. Fornecer as PEÇAS e COMPONENTES dentro das especificações e/ou condições constantes na Solicitação de Fornecimento de PEÇAS e COMPONENTES;

**13.1.6**. Submeter à fiscalização da CONTRATANTE, quando solicitado, os serviços executados;

**13.1.7**. Refazer os serviços ou substituir os COMPONENTES considerados inadequados pela CONTRATANTE, desde que tecnicamente justificado;

**13.1.8**. Cobrar os serviços conforme orçamento aprovado seguindo as demais condições descritas;

**13.1.9**. Manter seus funcionários devidamente uniformizados no local de trabalho, quando em serviço;

**13.1.10**. Comunicar à CONTRATANTE qualquer anormalidade e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

**13.1.11**. Informar previamente qualquer alteração no quadro técnico de funcionários indicados na Cláusula Sexta deste Termo de Referência. A troca ou substituição de qualquer técnico acarretará obrigatoriamente a necessidade de comunicação prévia ao Fiscal do Contrato e apresentação de documentação comprobatória da capacitação técnica e de treinamento do novo técnico que executará os serviços previstos neste Termo de Referência, cumprindo o disposto na referida cláusula;

**13.1.12**. Refazer em igual prazo de execução, contado a partir da comunicação, os serviços que forem rejeitados tecnicamente pela CONTRATANTE;

**13.1.13**. Substituir, nos prazos e condições indicados no item 10.6 desse Termo de Referência, as PEÇAS e COMPONENTES que apresentarem defeitos ou que não tenham sido as solicitadas pela CONTRATANTE;

**13.1.14**. Manter-se durante toda a execução do Contrato em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, bem como todas as condições de habilitação de seus técnicos e qualificações exigidas inicialmente;

**13.1.15**. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho quando em ocorrência da espécie forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido nas dependências da CONTRATADA;

**13.1.16**. Orientar seus empregados a manter sigilo sobre fatos, atos, dados ou documentos de que tomem conhecimento e que tenham relação ou pertinência com a Polícia Federal, durante e após a prestação dos serviços, sujeitando-se a aplicação das sanções civis e penais pelo descumprimento;

**13.1.17**. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e às recomendações aceita pela boa técnica;

**13.1.18**. Executar de forma adequada a supervisão permanente dos serviços, de modo a obter uma operação correta e eficaz;

**13.1.19**. Aceitar, nas mesmas condições contratuais originais, os acréscimos e supressões que se fizerem nos serviços de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato de acordo com o art. 65, I, da Lei 8.666/93;

**13.1.20**. Permanecer durante toda a vigência do Contrato com o seu Manual de Gerenciamento de Segurança Operacional (MGSO) aprovado e em consonância com as normas referentes à prevenção de acidentes aeronáuticos e segurança de voo, conforme prevê a Resolução Nº 106 da ANAC, de 30 de junho de 2009 e no RBHA 145;

**13.1.21**. Receber a Auditoria de Segurança Operacional, em sua oficina, quando solicitada pela CONTRATANTE, para verificar a validade de seu MGSO;

**13.1.22**. Responsabilizar-se integralmente pelos danos causados por culpa ou dolo à AERONAVE e a terceiros, quando decorrentes da falha na prestação dos serviços ou dos componentes fornecidos;

**13.1.23**. Garantir pronto atendimento à AERONAVE descrita na Cláusula Terceira deste Termo de Referência, devendo o mecânico que compõe a equipe técnica do APOIO OPERACIONAL prestar os serviços prioritariamente à CONTRATANTE;

**13.1.24**. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação;

**13.1.25**. Substituir, quando solicitado por escrito e tecnicamente justificado pela CONTRATANTE, qualquer profissional que estiver prestando o serviço objeto deste Termo de Referência, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, podendo ser prorrogado por igual período, desde que devidamente justificado.

**13.1.26**. Respeitar os protocolos de execução da garantia do fabricante, a serem informados pela CONTRATANTE no início da vigência contratual, sob pena de ser responsabilizada pelos custos decorrentes de eventual quebra da cobertura da garantia oferecida pelo fabricante.

**13.1.27**. Montar e analisar os gráficos de tendências extraídos do sistema de manutenção preditiva instalado na aeronave pelos técnicos da MANUTENÇÃO DE CAMPO.

**13.2**. DA CONTRATANTE: Caberá à CONTRATANTE, além das disposições contidas no art. 67 da Lei nº 8.666/93, as seguintes obrigações pertinentes aos serviços objeto deste Termo de Referência:

**13.2.1**. Anotar as alterações relacionadas com a segurança de voo fazendo as recomendações pertinentes e propondo à CONTRATADA prazo para regularizá-las;

**13.2.2**. Efetuar diligência nas dependências da oficina da licitante vencedora do certame para verificar se a mesma está devidamente homologada pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC e tecnicamente habilitada para executar os referidos serviços de manutenção aeronáutica e constatar se os técnicos indicados para executar os referidos serviços possuem as devidas habilitações, conforme exigido na Cláusula Sexta deste Termo de Referência;

**13.2.3**. Permitir acesso de funcionários da CONTRATADA, devidamente credenciados, às dependências da CAOP/DIREX/DPF, a dados e informações necessários ao desempenho das atividades previstas;

**13.2.4**. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao serviço que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA;

**13.2.5**. Solicitar formalmente a execução de serviços específicos não abrangidos pelo APOIO TÉCNICO OPERACIONAL, conforme modelo do Anexo V deste Termo de Referência;

**13.2.6**. Solicitar formalmente o fornecimento de PEÇAS e COMPONENTES, conforme modelo do Anexo V deste Termo de Referência;

**13.2.7**. Informar à CONTRATADA, com uma semana de antecedência, quando possível, os serviços não contemplados pelo APOIO TÉCNICO OPERACIONAL que deverão ser executados na próxima inspeção e a data provável da realização desta;

**13.2.8**. Disponibilizar, caso necessário, local para guardar ferramentais da CONTRATADA no hangar da CONTRATANTE, caso ela não disponha de dependências próprias em Brasília/DF.

1. DO PAGAMENTO

**14.1.** O pagamento será efetuado à empresa contratada no prazo de até 30 (trinta) dias (art. 40, XIV, § 3º da lei nº 8.666/93 c/c artigo 36, §3°, da Instrução Normativa SLTI/MPOG n° 2, de 30 de abril de 2008) contados a partir da data de apresentação das Notas Fiscais/Faturas discriminativas, contendo o necessário detalhamento do serviço, em 02 (duas) vias, devidamente atestadas pelo Fiscal indicado, podendo o Departamento de Polícia Federal descontar eventuais multas que tenham sido impostas à Contratada.

**14.2.** Quando do pagamento à empresa contratada, será efetuada consulta ao sistema unificado de Cadastro de Fornecedores – SICAF, bem como ao Cadastro Nacional de Débitos Trabalhistas da Justiça do Trabalho (CNDT). Ainda antes de cada pagamento, a Contratante procederá à consulta no CADIN.

**14.3.** Nenhum pagamento será efetuado ao licitante vencedor enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de aplicação de penalidade ou inadimplência decorrentes do presente processo.

**14.4.** As faturas contendo incorreções serão devolvidas à empresa, no prazo de até cinco dias úteis, com as razões da devolução apresentadas formalmente, para as devidas retificações.

* 1. O pagamento somente será efetuado após o “atesto”, pelo servidor competente, da nota fiscal/fatura apresentada pela contratada, que conterá o detalhamento dos serviços executados.
  2. O “atesto” fica condicionado à verificação da conformidade da nota fiscal/fatura apresentada pela contratada com os serviços efetivamente prestados.
  3. Nos termos do artigo 36, § 6°, da Instrução Normativa SLTI/MPOG n° 02, de 30/04/2008, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a contratada:
     1. não produziu os resultados acordados;
     2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
     3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada;
  4. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos da Instrução Normativa n° 1.234, de 11 de janeiro de 2012, da Secretaria da Receita Federal do Brasil.
  5. Quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), será observado o disposto na Lei Complementar nº 116, de 2003, e legislação municipal/distrital aplicável.
  6. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, instituído pelo artigo 12 da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção quanto aos impostos e contribuições abrangidos pelo referido regime, em relação às suas receitas próprias, desde que, a cada pagamento, apresente a declaração de que trata o artigo 6° da Instrução Normativa RFB n° 1.234, de 11 de janeiro de 2012.
  7. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta-corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.
  8. Será considerada como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
  9. A contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.
  10. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

|  |
| --- |
| **EM = I x N x VP** |

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

|  |  |
| --- | --- |
| **I =** | **(6 / 100)** |
| **365** |

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

* 1. Na hipótese de pagamentos de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e ser submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa, com direito ao contraditório e devido processo legal.

15. DO CONTRATO

1. ODepartamento de Polícia Federal convocará a adjudicatária para assinar o contrato, que terá o prazo de **05** (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, para comparecer à Administração, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades previstas no edital.
2. O prazo estabelecido no subitem anterior poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela adjudicatária durante o seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado e aceito por esta Administração.
3. Antes da assinatura do contrato a contratante realizará consulta “*on line*” ao SICAF e ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados - CADIN, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.
4. Se a adjudicatária, no ato da assinatura do contrato não comprovar que mantém as condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se a assinar o contrato, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após feita a negociação, verificada a aceitabilidade da proposta e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital e das demais cominações legais.
5. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
6. As supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).
7. **Poderá haver subcontratação parcial , limitado a 30% (trinta por cento) do valor do contrato nos termos estipulados na cláusula oitava do termo de referência.**
8. A contratada deverá manter durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
9. Durante a vigência da contratação, a fiscalização será exercida por representantes da contratante, aos quais competirá registrar em relatório todas as ocorrências e as deficiências verificadas e dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução contratual, de tudo dando ciência à Administração.
10. A fiscalização da contratação será exercida por um representante da Administração designado pelo setor demandante, ao qual competirá registrar as ocorrências relevantes que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.
11. O representante da contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do contrato. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
12. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome das partes eventualmente envolvidas, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
13. Além dos itens previstos neste edital, a fiscalização obedecerá também aos termos estipulados na cláusula décima sétima do termo de referência, e demais termos porventura previstos no contrato.
14. **DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**
    1. O Adjudicatário, no prazo de 10 (dez) dias após a assinatura do Termo de Contrato, prestará GARANTIA CONTRATUAL correspondente a 3% (três por cento) do valor do contrato, na forma do art.56 da Lei nº 8.666/93, desde que cumpridas as obrigações contratuais.
    2. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).
    3. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993;
    4. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de mais 3 (três) meses após o término da vigência contratual.
    5. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
       1. prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
       2. prejuízos causados à Contratante ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
       3. as multas moratórias e punitivas aplicadas pela Contratante à Contratada;
       4. obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada;
    6. a modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados acima;
    7. a garantia em dinheiro deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal em conta específica com correção monetária, em favor do contratante;
    8. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.
    9. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.
    10. A Contratante não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:
        1. caso fortuito ou força maior;
        2. alteração, sem prévia anuência da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;
        3. descumprimento das obrigações pela contratada decorrentes de atos ou fatos praticados pela Contratante;
        4. atos ilícitos dolosos praticados por servidores da Contratante.
    11. Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as previstas acima.
    12. Será considerada extinta a garantia:
        1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;
        2. no prazo de três meses após o término da vigência, caso a Contratante não comunique a ocorrência de sinistros.

**17. DO(S) VALOR(ES) DO(S) CONTRATO(S) E DO CUSTEIO**

17.1. As despesas no presente exercício serão custeadas com os recursos consignados ao Departamento de Polícia Federal, no Orçamento Geral da União, sob a seguinte classificação: Plano Interno 702, Elemento de Despesa 339039, Programa de Trabalho 06.122.2112.2000.0001, DDO no 2 de 16/05/2014 (fls. 618 dos autos). O valor estimado total é de R$ R$ 3.674.800,00 (três milhões seiscentos e setenta e quatro mil e oitocentos reais), conforme planilha de fls. 616/617 dos autos do proc. 08103.001097/2013-54, e subitem 7.5.1 deste edital.

**17.2.** As despesas para o exercício futuro correrão à conta das dotações orçamentárias indicadas em termo aditivo ou apostilamento.

18. DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

**18.1.** O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por iguais períodos até o limite de 60 (sessenta) meses, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, na forma do inciso II do artigo 57 da Lei nº 8.666/1993, contados a partir da data de publicação do extrato de contrato no DOU.

* 1. A contratada não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
  2. Toda prorrogação de contratos será precedida da realização de pesquisas de preços de mercado ou de preços contratados por outros órgãos e entidades da Administração Pública, visando a assegurar a manutenção da contratação mais vantajosa para a Administração, em relação à realização de uma nova licitação.

**18.3** O contrato não poderá ser prorrogado quando:

* + 1. A contratada tiver sido declarada inidônea ou suspensa ou impedida de licitar ou contratar no âmbito de qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, enquanto perdurarem os efeitos;
       1. Para tanto, a Contratante consultará o SICAF, o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis)), e o Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\_adm/consultar\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)), em nome da empresa contratada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992.
    2. A contratada não mantiver, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
    3. A contratada não concordar com a eliminação, do valor do contrato, dos custos fixos ou variáveis não renováveis que já tenham sido pagos ou amortizados no primeiro ano de vigência da contratação.
  1. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

**19.** **DO REAJUSTE**

**19.1.** Será admitido o reajuste dos preços dos serviços continuados contratados com prazo de vigência igual ou superior a doze meses, nos termos do artigo 19, XXII, da Instrução Normativa SLTI/MPOG n° 2/2008,desde que observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, mediante a aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo IPCA, ou outro que venha substituí-lo, observadas as disposições legais.

* 1. O interregno mínimo de 1 (um) ano será contado:

**19.1.1** Para o primeiro reajuste:

**19.1.1.1.** a partir da data limite para apresentação das propostas constante do Edital;

**19.1.2.** Para os reajustes subsequentes ao primeiro:

* + - 1. a partir da data do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste ocorrido ou precluso.
  1. O prazo para a contratada solicitar o reajuste encerra-se na data da prorrogação contratual subseqüente à data em que se completou o cômputo do interregno mínimo de 1 (um) ano, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.
     1. Caso a contratada não solicite o reajuste tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste.
        1. Se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, novo reajuste só poderá ser pleiteado após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado na forma prevista neste edital.
        2. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido divulgado o novo índice de reajuste adotado, a contratada deverá solicitar a inserção de cláusula no termo aditivo de prorrogação que resguarde o direito futuro ao reajuste, a ser exercido tão logo seja divulgado o novo índice, sob pena de preclusão.
  2. Os novos valores contratuais decorrentes do reajuste terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:
     1. A partir da data em que se completou o cômputo do interregno mínimo de 1 (um) ano;
     2. Em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão dos próximos reajustes futuros.
  3. A decisão sobre o pedido de reajuste deve ser feita no prazo máximo especificado na minuta do contrato, contados a partir da data da solicitação da contratada.
  4. Os reajustes serão formalizados por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizados por aditamento ao contrato.

**20. DA FISCALIZAÇÃO**

**20.1**. A execução do CONTRATO deverá ser acompanhada e fiscalizada em todos os seus termos em conformidade com a Instrução Normativa no. 51/2011-DG/DPF, de 23 de dezembro de 2011, publicada no Boletim de Serviço do DPF no 246, de 26 de dezembro de 2011, que “Regulamenta o acompanhamento, a fiscalização e o controle dos contratos previstos no art. 67 da Lei no 8.666/93 no âmbito do Departamento de Polícia Federal.”, doravante denominada como “IN 51/2011”.

* 1. A fiscalização da execução do CONTRATO consiste em um conjunto de procedimentos voltados ao acompanhamento da execução do ajuste, de forma a verificar, desde a assinatura do instrumento contratual até o término de sua vigência ou equivalente, o efetivo cumprimento das condições pactuadas e a conformidade da prestação dos serviços contratados, devendo tal múnus ser desempenhado por representantes da Administração especialmente designados na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666/93, do art. 6º do Decreto nº 2.271/97 e dos arts. 10, 11 e 12, e seus parágrafos, da IN 51/2011.
  2. Além das previstas no art. 17 da IN 51/2011, são atribuições do fiscal do CONTRATO:
  3. Verificar se a execução do CONTRATO está realizada conforme previsto no ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO;
  4. Verificar a conformidade do material a ser utilizado na execução do CONTRATO bem como a documentação fornecida pela CONTRATADA que comprove sua rastreabilidade e contenha a relação detalhada dos mesmos, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso;
  5. Registrar as ocorrências e não conformidades verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666/93;
  6. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal de CONTRATO deverão ser encaminhadas, em tempo hábil e pela via hierárquica, ao Gestor do Contrato para adoção das medidas cabíveis.
  7. O Fiscal do Contrato anotará em registro próprio toda ocorrência relacionada à prestação dos serviços, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, consoante o art. 67 da Lei nº 8.666/93;

21. DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

**21.1.** As partes têm direito ao equilíbrio econômico-financeiro do contrato, procedendo-se à revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém com conseqüências incalculáveis, que onerem ou desonerem excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento;

**21.2.** A contratada, quando for o caso, deverá formular à Administração requerimento para a revisão do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém com conseqüências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações contraídas por ela.

**21.3.** A comprovação será feita por quaisquer meios admitidos no direito.

**21.4.** A Administração, reconhecendo justificadamente o desequilíbrio econômico-financeiro, procederá à revisão do contrato.

**21.5.** Independentemente de solicitação, a administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado;

**21.6.** As alterações decorrentes da revisão do contrato serão publicadas no Diário Oficial da União.

22. DAS PENALIDADES

**22.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000 e do Decreto nº 5.450, de 2005, a licitante/Adjudicatária que, no decorrer da licitação:

* + 1. não assinar o contrato, quando convocada dentro do prazo de validade da proposta;
    2. apresentar documentação falsa;
    3. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
    4. não mantiver a sua proposta dentro de prazo de validade;
    5. comportar-se de modo inidôneo;
    6. cometer fraude fiscal;
    7. fizer declaração falsa;
    8. ensejar o retardamento da execução do certame.
  1. A licitante/Adjudicatária que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, e das penalidades contratuais, às seguintes sanções:
     1. Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
     2. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;
     3. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
  2. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, prevista no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:
     1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
     2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
     3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
  3. As infrações e sanções relativas a atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no termo de referência e no contrato.
  4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
  5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
  6. As multas serão recolhidas em favor da União, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente, ou, quando for o caso, inscritas na Dívida Ativa da União e cobradas judicialmente.
  7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
  8. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

**23. DA ANULAÇÃO E REVOGAÇÃO DA LICITAÇÃO**

**23.1.** O presente pregão poderá ser revogado, mediante ato escrito devidamente fundamentado, pela autoridade competente, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar sua revogação, devendo ser anulado, pela autoridade competente, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito devidamente fundamentado, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sem que as licitantes tenham direito a qualquer indenização, obedecendo ao disposto no art. 18, do Decreto 3.555/2000.

**23.2.** A anulação do procedimento licitatório induz à do contrato, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 da lei nº 8.666/93.

**23.3.** As licitantes não terão direito à indenização em decorrência do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

1. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**24.1.** Todas as referências de tempo no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília - DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

**24.2.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do pregoeiro em contrário.

**24.3.** Qualquer modificação no presente edital será divulgada pela mesma forma que se divulgou o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação da proposta.

**24.4.** É facultada ao pregoeiro ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar do mesmo desde a realização da sessão pública.

**24.5.** Integram este edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

ANEXO I – Termo de Referência (com todos os seus oito ANEXOS, na seguinte forma: ANEXO I – DEFINIÇÃO DE EXPRESSÕES EMPREGADAS NO TERMO DE REFERÊNCIA; ANEXO II – JUSTIFICATIVAS PARA A CONTRATAÇÃO; ANEXO III – CADERNO DE ENCARGOS E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS; ANEXO IV – PLANILHA ESTIMATIVA DE PREÇOS PARA A MANUTENÇÃO DE HELICÓPTEROS; ANEXO V – MODELO DE FORMULÁRIO UTILIZADO PELO SMAN PARA SOLICITAÇÃO DE SERVIÇOS; ANEXO VI – MODELO DE FORMULÁRIO DE ORÇAMENTO DE SERVIÇOS QUE A CONTRATADA DEVERÁ UTILIZAR; ANEXO VII - FLUXOGRAMA DE TRÂMITE DA DOCUMENTAÇÃO DE SOLICITAÇÃO DE SERVIÇOS; ANEXO VIII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA.)

**ANEXO II – Minuta do Contrato**

**24.6.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciarão e vencerão os prazos em dias de expediente na Administração.

**24.7.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de Pregão.

**24.8.** As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que sem comprometimento dos interesses da Administração, da finalidade e da segurança da contratação (art. 4º do Decreto nº 3.555/00).

**24.9.** Os interessados que desejarem cópia do presente edital, poderão comparecer à sala 110 SECOM/DICON/COAD no edifício sede da Polícia Federal no endereço divulgado neste edital, no horário compreendido entre 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 18:00 horas trazendo, *pen* drive, mídia de CD ou DVD, ou obtê-la através dos sítios da Internet: *www.comprasnet.gov.br* e *www.dpf.gov.br.*

**24.10.** Os bens/serviços a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens/serviços comuns, nos termos da Lei nº 10.520 de 2002, no Decreto nº 3.555 de 2000 e do Decreto 5.450 de 2005.

**24.11.** No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância e validade jurídica das propostas ou dos documentos de habilitação, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

**24.12.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**24.13.** Os licitantes assumirão todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**24.14.** Durante as sessões e suas fases (abertura, classificação, negociação, aceitação, habilitação) todos os licitantes deverão estar conectados, sob pena de serem considerados desclassificados se durante algumas dessas fases forem convocados via *chat* pelo pregoeiro e, no prazo de até 20 (vinte) minutos, não se manifestarem ou estiverem desconectados, salvo se comprovada pane no sistema *ComprasNet*.

**24.15.** Em caso de divergência entre disposições deste edital e de seus anexos, ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as regras deste edital.

**24.16.** Os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados no órgão, situado no endereço SAS Quadra 06, lotes 09/10, sala 110, 1º andar, CEP – 70.037-900, BRASÍLIA-DF, SERVIÇO DE COMPRAS/COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO - COAD/DPF, nos dias úteis, no horário das **08:00** horas às **12:00** horas e 14:00 horas às 18:00 horas.

* 1. Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 5.450/05, Decreto nº 3.555/00, da Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, do Decreto nº 3.722, de 2001, da Lei Complementar nº 123, de 2006, do Decreto n° 2.271, de 1997, da Instrução Normativa SLTI/MPOG n° 2, de 30 de abril de 2008, e da Lei nº 8.666, de 1993, e Lei nº 9.784/99 (Lei do Processo Administrativo) subsidiariamente.
  2. O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o da Seção Judiciária de Brasília-DF - Justiça Federal, com exclusão de qualquer outro.

Brasília-DF, 16 de maio de 2014.

Ordenador de despesas